



Número: **0005791-37.2024.2.00.0000**

Classe: **PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS**

Órgão julgador colegiado: **Plenário**

Órgão julgador: **Corregedoria**

Última distribuição : **24/09/2024**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Pagamento de Subsídios a Magistrados**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO - TJMA (AUTORIDADE)			
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ (AUTORIDADE)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
5733550	02/10/2024 17:37	Despacho	Despacho



Conselho Nacional de Justiça

Autos: **PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - 0005791-37.2024.2.00.0000**
Requerente: **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO - TJMA**
Requerido: **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ**

DESPACHO

Trata-se de Pedido de Providências apresentado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, mediante o qual informa que implementou o Adicional por Tempo de Serviço – ATS e solicita autorização para continuidade no pagamento dos valores devidos e não pagos no período compreendido entre 1º de janeiro de 2005 até a data da implantação da r. parcela.

Da leitura do documento de id. 5731748, nota-se a ausência de cópia do procedimento administrativo ao qual a petição subscrita pelo Presidente do Tribunal local faz menção.

Desse modo, concedo o **prazo de 15 dias** para que o TJMA junte cópia do procedimento administrativo correspondente, de forma compilada e organizada, a fim de facilitar a análise e a celeridade dos procedimentos por esta Corregedoria Nacional.

Registro, ainda, a necessidade de se indicar a existência de dotação orçamentária para os referidos pagamentos.

Intime-se.

Brasília, 25 de setembro de 2024.

Ministro **Mauro Campbell Marques**
Corregedor Nacional de Justiça